

JOACHIN AZEVEDO NETO

(ORGANIZADOR)

HISTÓRIA: REPERTÓRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS E HISTÓRICAS



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



História: repertório de referências culturais e históricas

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Joachin Azevedo Neto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: repertório de referências culturais e históricas /
Organizador Joachin Azevedo Neto. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0514-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.146220209>

1. História. 2. Conhecimento. I. Azevedo Neto, Joachin
(Organizador). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra *História: Repertório de referências culturais e históricas* consiste em uma compilação de artigos acadêmicos que lançam importantes e criteriosas reflexões tanto acerca da pluralidade de recortes temáticos, fontes documentais, bem como das múltiplas formas de se buscar compreender sociedades e culturas situadas em variadas temporalidades.

Buscamos inserir a sequência dos textos em uma lógica dotada de certa linearidade a partir dos temas tratados pelos(as) autores(as), mas sem obedecer a esquemas cronológicos rígidos. A complexidade da construção dos saberes históricos aponta para a necessidade de se considerar os diálogos – com rupturas e continuidades – que distintas épocas mantêm. Leitores dessa publicação terão contato com discussões historiográficas em torno da História do Direito, de práticas escravistas e formas de resistência negra pelo viés decolonial. A História das Mulheres, campo de investigações extremamente urgente para a atualidade, também foi aqui contemplado com estudos relevantes. Nesse mesmo diapasão, a História da Música e das Artes receberam merecido destaque nas páginas seguintes. Identidades, formação docente, ensino de História e as crises humanitárias que permeiam o neoliberalismo global compõem a parte final desta obra repleta de contribuições científicas importantes.

Sendo assim, a diversidade de temas de pesquisa histórica aqui abordados deu os subsídios necessários para que o presente livro possa vir a contribuir para a formação de iniciantes no universo das Ciências Humanas ou o aprofundamento de questões empíricas sob as quais trabalham professores e investigadores mais experientes. Esse mosaico de produções acadêmicas agrega também a possibilidade de circular em diferentes setores da sociedade que estão comprometidos com o interesse público e a necessária ponderação sobre cidadania nos tempos atuais.

A obra *História: Repertório de referências culturais e históricas* apresenta verificada densidade teórica e metodológica, perceptível nas considerações feitas por autores que destemidamente demonstraram que o conhecimento histórico, pautado em estudos sérios e consequentes, continua sendo possível e indispensável no mundo que vivemos.

Joachin Azevedo Neto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SENTIDOS PARA UMA TRANSIÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE O CAMPO JURÍDICO NO PERÍODO MONÁRQUICO	
Marcus Vinícius Duque Neves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202091	
CAPÍTULO 2	13
A FESTA DA SANTÍSSIMA TRINDADE NO HOSPITAL LÁZAROS: DEVOÇÃO E PARADOXO	
Márcia Valéria Teixeira Rosa	
Dijavan Mascarenhas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202092	
CAPÍTULO 3	27
LUTAS CONTRA A ESCRAVIZAÇÃO ILEGAL E A IMPUNIDADE NO CEARÁ DO SÉCULO XIX	
Antonia Márcia Nogueira Pedroza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202093	
CAPÍTULO 4	38
CONCEIÇÃO DAS CRIOULAS: MULHERES NEGRAS, HISTÓRIA E IDENTIDADE	
Edineide Jorge dos Santos	
Maria Jorge dos Santos Leite	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202094	
CAPÍTULO 5	50
ARANDO O TORTO DESTINO DOS DESCENDENTES DE ESCRAVIZADOS NO BRASIL	
Maurício José de Faria	
Regina Aparecida de Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202095	
CAPÍTULO 6	61
JOSEPH KI-ZERBO E CLÓVIS MOURA: TRAJETÓRIAS E HISTORIOGRAFIAS ATLÂNTICAS	
Elio Chaves Flores	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202096	
CAPÍTULO 7	75
A DITADURA DEMOCRATIZADA: AS MATRIZES HISTÓRICAS DO CENTRALISMO POLÍTICO NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO ANGOLANO E MOÇAMBICANO	
Jochua Abrão Baloi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202097	

CAPÍTULO 8	89
A FORMAÇÃO DOCENTE FEMININA NO PIAUÍ (1900-1930): ESCOLA NORMAL COMO INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL FEMININA	
Lorena Maria de França Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202098	
CAPÍTULO 9	100
ENTRE MEMÓRIAS E DISCURSOS: A ESTRUTURA DA NARRATIVA DE <i>O CHORO</i> , DE 1936, E SUAS CORRELAÇÕES NA HISTORIOGRAFIA DA MÚSICA URBANA BRASILEIRA	
Denis Wan-Dick Corbi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1462202099	
CAPÍTULO 10	111
CIDADE E MÚSICA: ESPAÇO E OBJETO DE RELAÇÃO DE MEMÓRIA	
Angela Maria da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020910	
CAPÍTULO 11	119
AS MULHERES NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ (1950 A 1970)	
Rosângela Carvalho dos Santos Mendonça	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020911	
CAPÍTULO 12	131
ENTRE O BARROCO E O MODERNO: REPRESENTAÇÕES DA CIDADE NA PINTURA DE YARA TUPYNAMBÁ	
Marcelo Cedro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020912	
CAPÍTULO 13	172
O ENSINO DE HISTÓRIA NOS LIVROS DIDÁTICOS: PROPOSTAS DE APRENDIZAGEM NOS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS	
Nathalia Vieira Ribeiro	
Darcylene Pereira Domingues	
Júlia Silveira Matos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020913	
CAPÍTULO 14	182
A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E A DOCÊNCIA JURÍDICA: ESTADO DA ARTE	
Maria Aparecida de Almeida Araujo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020914	
CAPÍTULO 15	192
DOGMA 95: A FESTA DOS IDIOTAS E A CRISE DA ARTE NA PÓS-MODERNIDADE	
Felipe Monteiro Pereira de Araújo	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020915>

CAPÍTULO 16..... 204

DA SUBJETIVIDADE À FORMAÇÃO DE IDENTIDADES POLÍTICAS: UMA INVESTIGAÇÃO
A PARTIR DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

Fabício de Oliveira Farias

Flávia Ferreira Trindade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020916>

CAPÍTULO 17..... 215

RELIGIOUS FREEDOM, A HUMAN RIGHT IN CRISIS

Maria Helena Guerra Pratas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020917>

CAPÍTULO 18..... 225

TEMPO E CRISE NO 2º GOVERNO DE VARGAS: UM OLHAR A PARTIR DO
PENSAMENTO DO INTELLECTUAL HÉLIO JAGUARIBE

Cleber Ferreira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.14622020918>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 233

ÍNDICE REMISSIVO..... 234

CAPÍTULO 8

A FORMAÇÃO DOCENTE FEMININA NO PIAUÍ (1900-1930): ESCOLA NORMAL COMO INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL FEMININA

Data de aceite: 01/09/2022

Data de submissão: 07/07/2022

Lorena Maria de França Ferreira

Universidade Federal do Maranhão
Teresina – Piauí

<http://lattes.cnpq.br/9548572381548856>

RESUMO: A educação no Piauí teve grande avanços nas primeiras décadas do século XX, devido ao desenvolvimento do modelo político pautado na república. Assim essa produção traz a formação docente feminina no intuito de questionar e compreender como ocorreu a formação docente no Piauí e a inserção feminina dentro do contexto educacional. Durante essas décadas foram criadas instituições de ensino destinadas ao Ensino Normal por todo o Estado, com os modelos educacionais guiados pela Escola Nova. O feminino foi inserido em ambientes de ensino com o intuito de atuação nas escolas primárias que deveriam se multiplicar por todo o território estadual a fim de diminuir os elevados números de analfabetismo e guiar a população ao modelo de governo republicano, onde a educação ganharia destaque para a obtenção da cidadania. Dessa forma, esta pesquisa adentra aos modelos de ensino desejáveis às mulheres dentro das Escolas Normais ao mostrar como essas foram sendo configuradas ao longo do tempo com seus modelos pedagógicos e curriculares, as escolas primárias com as suas dificuldades de implantação dos grupos

escolares em cidades e povoados com poucas estruturas físicas e pedagógicas e a constituição de uma República que via a educação como uma possibilidade de ampliação de sujeitos aptos a exercerem o direito e o dever do voto.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Docente. Feminino. Escola Normal. Piauí.

FEMALE TEACHING EDUCATION IN PIAUÍ (1900-1930): NORMAL SCHOOL AS A FEMALE EDUCATIONAL INSTITUTION

ABSTRACT: Education in Piauí had great advances in the first decades of the 20th century, due to the development of the political model based on the republic. Thus, this production brings female teacher training in order to question and understand how teacher training took place in Piauí and the insertion of women within the educational context. During these decades, educational institutions were created for Normal Education throughout the State, with educational models guided by Escola Nova. The feminine was inserted in teaching environments with the intention of acting in primary schools that should multiply throughout the state territory in order to reduce the high numbers of illiteracy and guide the population to the republican government model, where education would gain prominence for obtaining citizenship. In this way, this research enters into the teaching models desirable to women within the Normal Schools by showing how these have been configured over time with their pedagogical and curricular models, the primary schools with their difficulties in implementing school groups in cities and towns. villages with

few physical and pedagogical structures and the constitution of a Republic that saw education as a possibility of expanding subjects able to exercise the right and duty to vote.

KEYWORDS: Teacher Training. Feminine. Normal School. Piauí.

AS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA EM SOLO PIAUIENSE: EDUCAR O FEMININO PARA ALCANÇAR A MODERNIZAÇÃO DO SOCIAL

A República se configura como um momento de jogo político que atinge a esfera da educação diante da necessidade de formar uma população alfabetizada que pudesse votar. Dessa forma, educar uma grande quantidade de pessoas era uma das questões da República nos anos iniciais do século XX, mas isso requeria que o poder público investisse em um ensino que atingisse a parte mais pobre da sociedade, assim deveria ser um momento de educar os pobres para que o número de votantes aumentasse.

No entanto, não seria esse momento que tentaria igualar o ensino para toda a população, já que o ensino primário deveria ser desenvolvido para um grande número de pessoas, em especial para aquelas que estavam à margem da sociedade, combatendo através do ensino público as mazelas sociais, porém o ensino em todos os seus graus não chegaria a todas as classes sociais.

Nos primeiros anos da República a educação era bastante rudimentar no Piauí, onde existia deficiência na oferta de ensino formal, o que aos poucos foi mudando com a institucionalização de escolas primárias e com a criação a Escola Normal. Nesse momento, para a maioria das mulheres, a educação estava intimamente ligada ao mundo privado, no qual aprendiam leitura e escrita, e às atividades voltadas ao ambiente doméstico e instruções que possibilitassem a construção de um modelo feminino desejável.

Durante os primeiros anos da República a educação era bastante rudimentar em que o ensino se dava dentro do ambiente doméstico ou de espaços improvisados, onde os educadores eram homens e mulheres que tinham alguns conhecimentos que seriam repassados aos adultos ou crianças. A educação era voltada para a vida cotidiana ao ensinar a produção de conhecimentos úteis para a vida no mundo rural, como a produção de utensílios domésticos.

O ambiente privado condicionava a formação de um feminino que se dedicava aos afazeres domésticos como a produção de seu alimento, vestimentas e o cuidado com todos os membros familiares. O feminino deveria ser modelado de acordo com os objetivos familiares a fim de dar continuidade à família e satisfazer os ideais de um bom casamento, que era ser uma boa esposa e mãe.

Com os desejos de modernizações advindas do modelo republicano e as mudanças na cidade com o desenvolvimento urbano as mulheres passaram a ocupar espaços públicos diante de criações de mecanismos de sobrevivência. As produções de produtos alimentícios, vestimentas e outros produtos deixaram de ser feitas no espaço privado

para o público o que proporcionaram, cada vez mais, a saída do feminino do ambiente doméstico. As mulheres passaram a fazer parte da família como um membro que também deveria contribuir para a manutenção monetária diante do desenvolvimento do capitalismo e das produções de materiais de consumos dos ambientes urbanos.

Dessa maneira, deve-se perceber que a contribuição familiar dentro do ambiente doméstico também se daria para os ambientes públicos que produziram ganhos financeiros, mesmo que diminutos pela desvalorização da mão de obra feminina mas que contribuiriam para a formação familiar. As mulheres ocupam posições no campo do trabalho e do ambiente público, mas não deixariam de estarem ligadas com o ambiente doméstico como seu local de origem e que não conseguiriam mais se desvincular.

Juntamente com as mudanças sociais que atingiam as mulheres também tiveram os desenvolvimentos da cidade e as mudanças educacionais, dentre essas a necessidade de ampliação de um público alfabetizado e da formação de mão de obra que pudesse atuar na educação. A cidade passou a ser o local de formação de um aparato educacional e centralização de sujeitos e serviços, o que proporcionava o seu desenvolvimento e uma maior possibilidade de disciplinarização dos sujeitos pelas escolas. As escolas passavam por modificações diante das percepções sobre a Escola Nova em que reconfigurava os níveis educacionais e as formas teóricas e metodológicas do ensino, novas formas de educar foram sendo inseridas como o desenvolvimento das escolas primárias.

Com essas mudanças educacionais nos primeiros anos do século XX foram permeados por discussões sobre a formação de uma mão de obra especializada para educar a infância, o que gerou a criação da Escola Normal Oficial no ano de 1909 destinada a formar o professorado que atuaria pelo Piauí. A criação dessa Escola tem em sua essência as discussões sobre as mulheres como alunas e futuras educadoras que contribuiriam para a formação de uma nação baseada no nacionalismo e a criação de uma cidadania algo que também aconteceu nas demais Escolas Normais do Brasil.

A FORMAÇÃO DOCENTE FEMININO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

As mulheres foram atingidas, e outros sujeitos, pelos discursos educacionais que vinham desde o século XIX e ganharam força no século XX com a instauração da República no Brasil, os quais colocavam a educação como uma maneira de se obter a modernização do país. Esses discursos foram alimentados pelas críticas ao abandono e às condições da educação (LOURO, 1997), pois com um abandono não seria possível alcançar os patamares de um povo civilizado e de um país desenvolvido assim como os países europeus.

Corpos deveriam ser educados de acordo com os modelos europeus da Escola Nova, o que dividiu a educação em séries e adotou novas teorias e metodologias de ensino.

As escolas primárias seriam necessárias em todo o território nacional para obtenção de um povo modelado pelos ideais republicanos de cidadania e para a formação de um corpo saudável para o país, logo que durante os primeiros anos do século XX vivia-se em pleno período de guerras e conflitos mundiais em que poderiam necessitar de pessoas aptas a lutar.

A educação passou a estar vinculada aos ideais políticos do Piauí que pretendiam desenvolver um governo republicano. Os ideais políticos do estado visavam a formação de um povo civilizado, com disciplinarização de corpos e de suas mentes com os novos modelos educacionais. A alfabetização ganha, ainda, maior importância pela sua condição de formar uma população apta aos ideais de voto nas eleições locais e nacionais.

Para que ocorra esse processo de alfabetização da população opta-se para o uso da mão de obra feminina para educar as crianças. Destina-se as mulheres as funções de cuidado e de ensino não mais apenas no ambiente doméstico, mas também nos espaços públicos a fim de criar uma numerosa população que fosse minimamente alfabetizada. A escolha das mulheres para essas funções se dá pela relação de sua imagem com a infância e ao cuidado.

Nas primeiras décadas do século XX, as mulheres ganharam destaque com as manifestações feministas que marcaram o período de expansão do desejo por melhorias ao público feminino. Caracteriza o período discussões sobre a opressão e as desigualdades sociais que atingiam as mulheres, como destaca Almeida (1998), constata-se a capacidade feminina para o trabalho fora do espaço doméstico. O desdobramento da comprovação desta capacidade foi a sua inserção na esfera pública, incluindo o exercício do magistério.

O magistério primário, como ocupação essencialmente feminina [...] possibilitou às mulheres, notadamente da classe média que se alicerçava no panorama socioeconômico do país, a oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. A possibilidade de aliar ao trabalho doméstico e à maternidade uma profissão revestida de dignidade e prestígio social faz que “ser professora” se tornasse extremamente popular entre as jovens e, se, a princípio, temia-se a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejável, desde que normatizada e dirigida para não oferecer riscos sociais. Ensinar crianças foi, por parte das aspirações sociais, uma maneira de abrir às mulheres um espaço público (domesticado) que prolongasse as tarefas desempenhadas no lar (ALMEIDA, 1998, p. 28).

Paralelo ao ingresso das mulheres no magistério, a educação feminina, durante os primeiros anos do século XX, foi bastante discutida em vários setores, como a Igreja Católica e o Estado, bem como as feministas argumentavam a forma da participação das mulheres na educação dos filhos e que esta demanda exigia que elas próprias se instruissem, inclusive, para exercício do papel de professoras, que se torna necessário o domínio das letras. A educação feminina era percebida como uma extensão de suas funções familiares. Isto foi colocado no jornal *Nortista* de 1901, lembra-se, ainda, que as mães ensinam seus filhos a religião com o intuito de “iluminar as consciências”. A mulher

deve educar a criança no ambiente familiar, assim torna-se uma mãe-educadora. No jornal *Borboleta*, do ano de 1905, lê-se:

A sua mãe incumbe a delicada missão de formar seu caráter, educar seu espírito.

E quando é belo uma senhora ilustrada, bem-educada e inteligente, dirigir seu lar doméstico!

É a caridade personificada. Infelizmente assim não é o rei pequeno da família; manda, não pede; seus pais lhe obedecem em vez de serem por ele obedecidos. Fala a todos com arrogância, é grosseiro, incivil, orgulhoso, exigente, imprudente, mau; entretanto os pais acham-no interessante, vivaz, inteligente.

A obediência é a base da educação e o alicerce da ordem social.

O primeiro cuidado de uma senhora que exerce o papel de mãe deve ser, tornar seu filho dócil e obediente.

A criança em terna idade é flexível como a cera. [...] (BORBOLETA, 1905).

Pode-se verificar que o papel feminino estava atrelado ao desenvolvimento de um filho moldado aos padrões sociais e educacionais de seu tempo. As mulheres cabia o comando de sua prole para a formação de bons sujeitos e cidadãos, que mantivesse os padrões sociais de uma família harmoniosa e evitasse os embaraços que a má formação de seu filho. Ser inteligente em manter o seu lar e modelar a criança que estaria em plena formação. Algo que revela a importância do feminino na formação familiar tanto nos afazeres domésticos quanto no desenvolvimento de uma sociedade mais disciplinada.

Também existiam a perspectiva dos anticlericais em qual a função feminina seria moldar os filhos para a República, deveria construir crianças adequadas ao exercício da cidadania. Assim, há enaltecimento da figura da mãe. *No Correio de Oeiras*, de 1909, vê-se:

Em caso algum a mulher exerce uma influência tão evidente, imediata e previdente como no caso de mãe. A ela é entregue o tesouro imortal do coração de seu filho! Sobre ela descansa o cuidado dos primeiros passos desse curso de disciplina que deve formar da criatura mais débil e desamparada do mundo, um guia intrépido da criança animada e um digno adorador da Divinidade.

Seus sorrisos excitam as primeiras afeições que brotam em nossos corações. Ela nutre e desenvolve os primeiros germes de nossa inteligência (CORREIO, 1909).

A relação da mulher com a maternidade e com o empenho do desenvolvimento da criança é clara. A essa mulher caberia se entregar a dedicação sobre a formação de um outro sujeito, direcionar a sua existência em proporcionar o desenvolvimento da criança no meio familiar. Essencialmente a mulher deveria ser direcionada à família.

Para tal atuação a educação feminina era defendida nas produções publicadas nos jornais locais e pelo poder público do Estado. No jornal *Borboleta*, de 1905, argumenta-

se que a educação proporciona à mulher o bom desempenho dos deveres que lhes são inerentes, sem limitá-la ao ambiente doméstico, mas abrir o espaço para o mundo do trabalho, pois a “mulher instruída tem entrada franca em toda parte” (BORBOLETA, 1905).

A educação feminina no Piauí contribuiu para a construção de um modelo de mulher que seria desejável: dócil e disciplinada. A mulher seria dócil, não criaria tensões em suas relações sociais, educaria a infância baseada no amor e contribuiria para a construção de uma sociedade sob as perspectivas republicanas. E a mesma mulher também seria disciplinada sob os modelos educacionais em voga e se comportaria de acordo com os padrões sociais do seu período. Assim, a educação feminina pode ser percebida como uma forma de produção do feminino desejável na sociedade que se redefinia nas primeiras décadas do século XX.

a educação [...] que é a formação dos bons hábitos e produzir boas esposas, mães e donas de casa, parece essencial. As virtudes femininas de submissão e silêncio, nos comportamentos e gestos cotidianos são centrais nela. E, acima de tudo, o pudor, a honra feminina do fechamento e do silêncio do corpo (PERROT, 2003, p.22).

A educação ou emancipação feminina pela educação também aparece no jornal *Andorinha*. Defende que as mulheres sejam educadas, pois “querem a mulher instruída, para educar a prole, afetuosa, para sorrir à existência, e dedicada ao lar doméstico, para ser o anjo tutelar que assegure a felicidade da família. Nada mais justo, nada mais sublime”. Assim essa emancipação se daria em prol da família, a mulher educaria seus filhos.

Nos anos iniciais do século XX, à mulher foi atribuída a função de construir a infância, a partir de sua atuação como mãe-educadora e professora. Para isto, torna-se essencial à mulher que ela obtenha uma educação necessária para o desenvolvimento de tal função. Assim, o poder público do estado atuou na criação de escolas que contemplassem esse público feminino tanto na educação primária como na educação que se destinaria a formar o público feminino capaz de atuar na educação infantil nos ambientes escolares.

Foram criadas escolas e formas de aulas isoladas, contando apenas com algumas disciplinas, destinadas às mulheres tanto de iniciativa privada como pública nas primeiras décadas do século XX, em Teresina. Em 1905, no jornal *Borboleta*, através do anúncio “Professora particular”, Severa de Castro Marques oferece seus serviços. Propõe-se ensinar o curso de primeiras letras a meninas no horário de 10 às 2 horas da tarde, em sua residência.

Esse tipo de ensino voltado para o público feminino possibilitava a criação de um pequeno grupo de mulheres letradas, já que o ensino tinha elevado custo, o que não garantia a participação feminina das camadas sociais mais baixas, apenas aquelas cuja família percebia a educação como um mecanismo benéfico para as mulheres e a podia custear.

Essa mulher educada fazia parte das camadas médias da sociedade piauiense que

contaria com o seu grupo familiar para obtenção de formação escolar e desenvolvimento de uma carreira como professora. Seria ela uma possuidora de diferencial quanto as demais mulheres que não poderia adentrar no mundo das letras e nem ao mundo do trabalho, de forma um pouco menos desvalorizada. No entanto, isso não significa que a mulher coube um lugar de prestígio e ganhos elevados como educadora, pois as relações de gênero era evidentes nas relações do trabalho (FERREIRA, 2017).

É possível demarcar um pequeno avanço no âmbito educacional para as mulheres, mas de poucos conhecimentos e em pequenas proporções, conjuntura que se modificou com a defesa da educação das crianças como fruto do trabalho das mulheres, pois ampliam-se as possibilidades de educação formal.

No ano de 1906, o Colégio do Sagrado Coração de Jesus foi criado para atender ao público feminino das camadas mais altas da cidade de Teresina e das cidades do interior. Até aquele momento, não existia uma escola própria para a formação feminina, já que a Escola Normal foi extinta no ano de 1888, cabendo apenas ao público feminino o ensino com professores particulares, especialmente professoras. Assim, esse ambiente escolar proporcionou o aprendizado de conhecimentos escolares tais como português e aritmética e ensinamentos destinados à atuação feminina no lar (QUEIROZ, 2008).

Vale salientar que a educação feminina era tributária da sua família, pois inicialmente se aprendia no lar ou com parentes as primeiras letras e a partir das condições familiares em oferecer um ensino escolar era que essa mulher saía do ambiente privado para os espaços públicos para ser educada. A educação tinha mais características de instruções para aprendizagem de leituras, escritas, alguns cálculos e utilidades, como bordados, costura e um pouco de economia doméstica, que fossem úteis ao cotidiano feminino. O ensino se destinava mais aos homens do que as mulheres, logo que a esses o mundo do trabalho ou os ambientes públicos pertenciam.

Nas primeiras décadas do século XX, com a institucionalização de um sistema escolar a educação feminina foi cada vez mais ampliada nas camadas médias e altas da sociedade piauiense.

Estava difusa nas camadas alta e média, a ideia de que as filhas, assim como os filhos, deveriam ter acesso à educação. A questão central girava em torno do nível a que deveria chegar. Com a valorização da educação escolar, o papel de mãe foi reforçado, dentre suas atribuições da mãe, estava aquela de acompanhar o desempenho escolar das filhas e dos filhos. O ideal era a mãe educadora. Para que a mulher desempenhasse a contento o papel de mãe, seria necessário que fosse escolarizada. Ademais, sob o impacto do trabalho como valor, circulava no social o ideal da dona-de-casa profissional, o que implicava sua formação escolar.

Por parte ora de pais, ora de mães, a educação profissional feminina passava a ser vista como uma forma de inserção social e um mecanismo que poderia assegurar às mulheres uma forma de vida digna, caso se tornassem viúvas ou não se casassem. Era também um instrumento que as poderia livrar de maus casamentos. Dentre as moças, além dessas percepções, também orientavam

suas condutas, a incorporação do trabalho como valor e missão (CARDOSO, 2003, p. 62).

Dessa maneira pode-se verificar que a educação feminina estava intimamente ligada as suas funções da mulher de mãe e esposa, mas as questões sociais e econômicas interferiram no acesso a alguma instrução, especialmente no ensino secundário. Assim ocorria com a formação das normalistas a grande maioria das mulheres que seria destinadas a um caminho possível para a inserção no mundo do conhecimento e do trabalho.

Essa feminização do magistério aconteceu diante de criações representativas sobre as mulheres ao colocá-las em uma perspectiva de características biológicas de reprodução e as criações culturais dos papéis de mães, cuidadoras, carinhosas, passivas ao poder público. Com isso, as mulheres foram inseridas na educação nas Escolas Normais e posteriormente nas escolas primárias pelo estado.

Posteriormente ao processo de inserção das mulheres na educação da Escola Normal em Teresina se tem uma expansão da formação da mão de obra de professoras normalistas nas décadas seguintes do século XX. A numerosa quantidade de professoras em contextos de criação e ampliação de escolas primárias por todo estado do Piauí, com o intuito de diminuir as desigualdades educacionais e o analfabetismo que impediam o desenvolvimento do modelo republicano e de uma economia que não dependesse, em grande medida, do setor primário e aos poucos se voltasse ao setor terciário.

No ano de 1909 aconteceram novos investimentos na criação da Escola Normal Livre em Teresina, por um grupo de intelectuais locais integrantes da Sociedade Auxiliadora de Instrução, que se empenhou a oferecer um curso normal de forma gratuita, configurando-se como um ensino de cunho laico. Assim vale ressaltar que o curso normal acabou por proporcionar uma educação que a priori deixa de ter ligações diretas com a religião. O curso oferecia dezenove cadeiras e com o tempo de duração de 4 anos.

Inicialmente a Escola Normal Livre funcionou na Assembleia Legislativa Estadual, com dezessete alunas, caracterizada por apresentar um ensino laico, onde se aprendia português, aritmética, costura, ginástica sueca e etc. Visava-se à formação rápida de educadores que pudessem atuar na educação infantil no Estado, com domínio das noções pedagógicas e de trabalhos manuais.

Em 1910, sob o governo de Antonino Freire, a administração pública do Estado passa a ter novamente a Escola Normal para a formação de professores do ensino primário. A escola passa a ser administrada pelo poder público do Estado, com o nome de Escola Normal Oficial, o curso profissionalizante passa a ter predominância de público feminino como alunado. Essa predominância feminina está ligada as concepções de que as mulheres exerceriam de melhor maneira a educação infantil.

O relatório de Instrução Pública no Piauí, do ano de 1922, de Matias Olímpio, expõe os estabelecimentos destinados ao ensino Normal que existiam no Estado durante todo o seu empenho em constituir um sistema de educação voltado para o ensino, que já vinha desde

o século XIX. De acordo com o relatório, existiram diferenças entre os estabelecimentos, a Escola Normal Oficial e a Escola Normal Livre, pois “os dois estabelecimentos obedeciam [...] a métodos diversos e assim não podia deixar de ser, desde que entre um e outro mediavam nove lustros de avanços nas ideias pedagógicas” (MELO, 1922).

Na primeira, “antiga escola”, o curso durava 3 anos, com apenas dez cadeiras, diferentemente da última que aumentou o período de duração para quatro anos devido ao aumento de disciplinas. O quadro de disciplinas da Escola Normal instituído em 1910, era composto pelas disciplinas: ginástica sueca, história universal, álgebra, literatura nacional, música, italiano, noções de ciências físicas e naturais e de direito constitucional.

Assim, o que se ensinava na última era mais amplo devido a um período maior de duração, e uma melhor distribuição das disciplinas. No entanto, como o relatório atribuiu a outra Escola (Normal Livre) maior importância diante do fato de que “a diminuição de tempo era um fator de alto alcance a que era preciso atender no momento, pois a modificação do magistério primário se fazia mister sem delongas” (MELO, 1922). O aumento do tempo de duração do curso normal ia de encontro da necessidade de obtenção de grande quantidade de mão de obra destinada ao ensino. Era crucial para o desenvolvimento do ensino assim como se esperava nos anos iniciais do século XX no Estado.

A criação do curso Normal para o público feminino era evidenciada na atuação do poder público piauiense que destinaria essa mão de obra para o ensino infantil, para tanto, ao colocar como critério de nomeação de professora as normalistas, o Estado toma para si o poder de controle sobre o ensino primário pois preferencialmente as formadas na Escola Normal poderiam atuar em escolas públicas do Piauí. No entanto, era nítida a atuação feminina no ensino primário antes mesmo desta determinação, pois foi concedida a permissão para que as professoras já atuantes sem habilitação frequentassem a instituição para adquirirem formação.

À Escola Normal foi agregado valor e importância, com sua oficialização, pois a atuação de educador infantil nas escolas públicas se daria pela formação e normatização de uma instituição pública que produziria o novo corpo docente local, assegurando assim quem, como e com que finalidade atuaria no ensino. Assim, quem desejasse atuar na educação infantil precisaria ter em sua formação profissional o curso Normal.

A noção de que a educação infantil deveria ter como principal agente as mulheres, tanto no lar como na escola, fez com que as normalistas reafirmassem e consolidassem os seus papéis na sociedade nas primeiras décadas do século XX. Isso se dá não só pelos discursos proferidos na Escola Normal, mas também pelos discursos higienistas e literários que circulavam pelas cidades no Brasil, algo que também acontecia na cidade de Teresina.

Assim a mulher educa, cuida e ama as crianças. Esse tipo de afirmativa proporcionou uma ligação direta dos papéis femininos na sociedade com a infância, pois, mesmo que ocupasse um espaço além do ambiente doméstico, deveria ter a mulher a manutenção das suas ações naturais: amar, educar e gerir a vida de uma criança.

Nos anos referentes de 1920 a 1929 aconteceu um acentuado aumento de matrículas na Escola Normal, configurando-se como um momento de consolidação do ensino na capital. Esse período diverge do anterior que contou com grande número de alunas desistentes, poucas matrículas e uma estruturação tanto física como pedagógica do espaço destinado ao ensino normal, sendo assim é o período em que a Escola Normal estava em pleno gosto da população local para a educação feminina, tanto que aconteceram expansões do ensino normal nas cidades de Parnaíba e Floriano (SOARES,2004).

Com isso, vale destacar, que esses anos fomentaram a ampliação da mão de obra feminina para as escolas do ensino primário de todo o estado. Numerosas eram as professoras que estavam disponíveis para atuarem na educação infantil, espalhavam-se pela cidade de Teresina e pelo interior com suas formações baseadas nas teorias e metodologias educacionais. Padronizaram o conhecimento e as formas de colocá-lo para as crianças de todo o estado.

CONCLUSÃO

Como pode-se perceber a formação docente no Piauí nas suas primeiras décadas do século XX foi perpassada pelas ideias e discursos da mão de obra feminina apta a tratar com os ensinamentos para as escolas primárias do estado, o que formou uma numerosa quantidade de mulheres que não tinham apenas o espaço privado como seu ambiente, mas também a Escola Normal, escolas primárias e ambientes públicos como possibilidades de atuação. No entanto, deve-se destacar que a figura feminina ainda estava ligada a ideia de esposa, mãe, dócil e guardiã dos filhos e da família.

Esse contexto foi marcado tanto pela participação feminina nas cidades que ocuparam outros espaços quanto pelo seu papel fundamental para a formação de uma sociedade alfabetizada que pudesse usufruir de seus direitos e deveres políticos republicanos. Consolidando os desejos políticos de obtenção de uma sociedade baseada na cidadania e na formação de sujeitos civilizados com os modelos educacionais em voga.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 28.

BORBOLETA, Teresina, ano I, n. 16, 29 dez 1905.

BORBOLETA, Teresina, ano I, n. 16, 29 dez 1905.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e Singulares**: História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CORREIO DE OEIRAS, Oeiras, ano I, n. 8, 15 maio 1909, p. 6.

EMANCIPAÇÃO DA MULHER. **ANDORINHA**, [s.n.], 12 out 1, p. 8.

FERREIRA, Lorena Maria de França Ferreira. **O Estado, a normalista e a infância em Teresina (1900-1940)**. 2017. 150f. Dissertação. Universidade Federal do Piauí – Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Teresina, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MELO, Matias Olímpio. **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

NORTISTA, **Parnaíba**, ano I, n. 24, 15 jun. 1901, p. 4.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, M. I. S.; SOIHET, R. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003, p. 22.

PROFESSORA PARTICULAR. **BORBOLETA**, Teresina, ano I, n. 16, 29 dez 1905, p.4.

QUEIROZ, Teresinha. **Educação no Piauí**: 1880-1930. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

SOARES, Norma Patricya Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003)**: reconstruindo uma memória da formação de professores. 2004. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 48, 53, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 79, 82, 84, 86, 87, 121

Alagoas 39

Angola 63, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88

Arquivologia 13

C

Cativeiro 27, 33, 58

Ceará 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 123

Clóvis Moura 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

Código criminal 27, 29, 31

Cotidiano 6, 35, 36, 55, 57, 95, 114, 115, 118, 229

D

Democracia 75, 82, 84, 85, 86, 87, 88

Descendentes de escravizados 50, 55, 56, 59, 60

Diáspora 61, 62, 72, 73, 74

Direito 2, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 32, 35, 42, 52, 54, 55, 57, 58, 76, 78, 79, 83, 84, 87, 89, 97, 126, 143, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 208, 225

Ditadura 75, 76, 77, 83, 84, 85, 86, 87, 150

E

Encantado 50, 51, 55, 57, 58, 59, 60, 101, 105, 107

Escravidão 2, 3, 4, 7, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 162

Escravizados 27, 31, 32, 33, 34, 35, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 70

F

Formação docente 2, 89, 91, 98, 186, 187

Fredick Barth 44

Frei Antônio do Desterro 15, 16, 18

H

História 1, 2, 1, 2, 12, 13, 25, 27, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 87, 88, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113,

114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 150, 159, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 179, 180, 192, 195, 196, 198, 202, 203, 204, 205, 207, 210, 211, 213, 225, 231, 233

História cultural 139, 170, 180, 233

História da arte 13, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 202

História da educação 179

História da música 2, 102, 103, 105

História das mulheres 2, 119

História social 27, 36, 37, 74, 104, 137, 140

Historiografia 4, 61, 62, 63, 64, 72, 74, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 131, 135, 140, 166, 169, 180, 233

I

Identidade étnica 38, 39, 41, 45, 46, 47, 48

Instituições 1, 4, 11, 59, 65, 66, 67, 72, 76, 80, 85, 86, 89, 122, 125, 150, 178, 182, 183, 188, 189, 195, 204, 207, 212, 213

Itamar Vieira Jr. 50

J

James Scott 32

Joseph Ki-Zerbo 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

L

Lepra 14, 15, 23

Liberalismo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 229

Libertos pobres 27, 31, 33

M

Max Weber 44

Memória 17, 25, 39, 40, 48, 49, 63, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 129, 132, 133, 154, 159, 160, 163, 166, 167, 168, 169, 179, 180

Moçambique 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88

Monarquia 1, 3, 5, 8, 10, 11

Mulheres negras 38, 39, 41, 47

P

Pe. Antônio Vieira 59

Política 1, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 18, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 49, 64, 65, 69, 71, 72, 73, 75, 78,

80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 109, 119, 129, 149, 170, 176, 184, 195, 204, 210, 213, 216, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233

Positivismo 3, 4, 183, 189

Pós-modernidade 192, 197, 198, 200, 201, 202, 203

Práticas jurídicas 1

Q

Quilombolas 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48

R

Resistência 2, 30, 32, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 53, 71, 72, 80, 197, 198, 209, 211

Rio de Janeiro 11, 12, 13, 14, 15, 25, 26, 35, 36, 37, 48, 49, 60, 73, 74, 87, 100, 107, 109, 110, 130, 132, 143, 146, 168, 169, 180, 190, 191, 202, 203, 209, 213, 214, 225, 226, 231, 232

S

Século XIX 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11, 12, 14, 27, 33, 36, 37, 38, 40, 53, 62, 68, 71, 91, 97, 101, 112, 113, 135, 142, 143

T

Thomas Driendl 13, 22, 23

Torto Arado 56, 57

Y

Yara Tupinambá 133, 146, 147, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 163, 169

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

HISTÓRIA: REPERTÓRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS E HISTÓRICAS



🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

HISTÓRIA: REPERTÓRIO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS E HISTÓRICAS

